

Crise climática e o *Green New Deal* : uma primeira aproximação crítica

Eduardo Sá Barreto¹

75

Resumo

O artigo faz uma breve recuperação das metas correntes de redução das emissões globais de gases de efeito estufa, das trajetórias exigidas para cumprir tais metas e dos determinantes sociais que entram em jogo nas transformações necessárias. Toma-se essa discussão inicial como ponto de partida para uma primeira aproximação crítica do *Green New Deal*.

Palavras-chave: Crise climática; *Green New Deal*; capitalismo

Resumen

El artículo recupera brevemente los objetivos actuales para reducir las emisiones globales de gases de efecto invernadero, las trayectorias necesarias para cumplir estos objetivos y los determinantes sociales que entran en juego en las transformaciones necesarias. Esta discusión inicial se toma como punto de partida para un primer enfoque crítico del *Green New Deal*.

Palabras clave: Crisis climática; *Green New Deal*; capitalismo

Abstract

The article briefly recovers the current targets for reducing global greenhouse gas emissions, the trajectories required to meet these targets, and the social determinants that come into play in the necessary transformations. This initial discussion is taken as a starting point for a first critical approximation to the *Green New Deal*.

Keywords: Climate crisis; *Green New Deal*; capitalism

¹ Professor do Departamento de Economia da UFF e pesquisador do NIEP-Marx. eduardobarreto@id.uff.br



Na última semana de novembro de 2019, a Organização Meteorológica Mundial divulgou os dados consolidados de 2018 sobre os níveis de concentração de CO₂ na atmosfera². Segundo seu relatório sobre gases de efeito estufa, essa concentração atingiu patamares “observados” pela última vez há 3 milhões de anos (WMO, 2019). Para ter uma referência clara da magnitude dessa escala de tempo, lembremos que estimativas correntes informam que nossos mais distantes antepassados do gênero homo remontam dessa época. O homem moderno, por sua vez, teria surgido apenas há cerca de 300 mil anos.

A estabilização desse processo de transformação química da atmosfera exigiria reduções agudas e sustentadas das emissões anuais de *vários gases*. Outro relatório, lançado quase simultaneamente pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), alerta que as emissões globais anuais de gases de efeito estufa teriam que ser reduzidas em 7,6% ao ano pelos próximos 10 anos *apenas para cumprirmos as metas do Acordo de Paris* (PNUMA, 2019)³. No entanto, sequer a contenção da trajetória de crescimento vinha sendo alcançada, até 2020.

Desde que a pandemia da Covid-19 começou a paralisar uma série de atividades econômicas importantes, notícias e avaliações sobre possíveis impactos ecológicos começaram a circular. Os primeiros efeitos foram vistos na superficial regeneração da paisagem urbana, com o céu ficando mais azul, o ar mais limpo, a água de canais mais cristalina, animais circulando nas ruas etc. Em seguida, começamos a ver projeções de redução das emissões de

² Cf. o *press release* em: <https://public.wmo.int/en/media/press-release/greenhouse-gas-concentrations-atmosphere-reach-yet-another-high>

³ O IPCC (2018) nos adverte que o cumprimento integral desse acordo ainda seria insuficiente para limitarmos o aquecimento do planeta a 1,5°C acima da temperatura pré-industrial.



gases de efeito estufa em 2020. Inicialmente, redução de 1,5%; corrigida depois para 4% e agora, em abril, para 8%⁴.

É fácil constatar que essa redução vem a um custo humano, social e econômico imenso, fruto da interrupção forçada da circulação de pessoas e mercadorias pelo mundo. O que talvez exija demonstração mais cuidadosa é o fato de que não é concebível obter as reduções preconizadas pelo IPCC sem sacrifícios de magnitude semelhante. Vamos aos termos do problema.

A primeira coisa que devemos chamar à atenção é que uma redução isolada das emissões globais em nada altera as nossas chances de evitar uma catástrofe social provocada pelo colapso climático. Em dois dos seus últimos relatórios, o IPCC (2018; 2019) indica a necessidade de reduzirmos as emissões em aproximadamente 50%, até 2030. Eis a dimensão do desafio: se repetíssemos essa redução prevista de 8%, em todos os próximos 10 anos, atingiríamos o corte de 50% exatamente entre 2029 e 2030.

Nossos problemas, no entanto, não param por aí. O mesmo IPCC trata a meta de 2030 como uma espécie de primeiro *check-point*, uma conquista de passagem, rumo ao objetivo realmente necessário: alcançar emissões nulas até 2050 (IPCC, 2018). Mas se diminuirmos as emissões globais de gases de efeito estufa em 8%, todos os anos, pelos próximos 30 anos, chegaremos em 2050 com um nível de emissões globais de 4,5 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente. Um nível bastante diferente de zero.

Certamente, nem mesmo os mais otimistas imaginariam que fôssemos capazes de zerar as emissões brutas. A aposta do IPCC é, já desde

⁴ Cf.: <https://www.iea.org/reports/global-energy-review-2020>



de sua quinta *Assessment Report*, mobilizar tecnologia de geoengenharia para extrair ativamente da atmosfera ao menos tanto gases de efeito estufa quanto emitimos, i.e. atingir emissões líquidas nulas (IPCC, 2014). Ou seja, simultaneamente ao sucesso de três décadas ininterruptas de corte das emissões em 8%, teríamos que chegar a 2050 com a capacidade tecnológica de capturar e armazenar 4,5 bilhões de toneladas de CO₂ *anualmente*.

Colocando esse número em perspectiva, o mesmo IPCC estima que, entre 1750 e 2011, toda a vegetação do mundo e todos os oceanos absorveram anualmente, *em média*, 4,44 bilhões de toneladas de CO₂ (IPCC, 2014). Grosso modo, nossa tecnologia deveria, então, simplesmente dobrar a capacidade de captura de carbono do planeta.

No entanto, o que normalmente se esquece quando as características virtuosas de novas tecnologias são levantadas é que todas elas, sem nenhuma exceção significativa, entram em cena patenteadas. A título de ilustração, no final de 2019, a CNN publicou em seu portal a história de uma *start-up* que teria alcançado um extraordinário avanço energético utilizando uma tecnologia solar controlada por inteligência artificial⁵. Com isso, dizem, estaria finalmente possibilitada a descarbonização de importantes indústrias pesadas, responsáveis por uma fração significativa das emissões globais de CO₂. A partir disso, a própria CNN declara em letras garrafais: trata-se de uma tecnologia para “solucionar a crise climática”. No corpo do texto, porém, é casualmente mencionado que a tecnologia está, obviamente, patenteadada. Aqui reside o busílis da questão.

Suponhamos que a nova tecnologia realmente tivesse todo o alegado potencial de eliminar as emissões de gases de efeito estufa em

⁵ Cf.: <https://edition.cnn.com/2019/11/19/business/heliogen-solar-energy-bill-gates/index.html>



indústrias muito poluentes. Agora lembremos que no mundo inteiro, cientistas, ativistas e até políticos alertam que vivemos uma emergência climática que exige uma ação *imediate e concertada globalmente*. Nós não temos 20 ou 30 anos para aguardar o curso normal de disseminação da inovação. Sendo assim, caso essa nova tecnologia possuísse de fato o alegado impacto material, o próximo e irrevogável passo deveria ser sua acelerada universalização. Em outros termos, qualquer que seja o potencial benéfico, ele só seria realmente realizado se essa tecnologia se espalhasse rapidamente por todo o mundo e por todos os usos possíveis⁶. Mas ela foi patenteada, o que implica restrições legais e econômicas ao seu uso.

O patenteamento da inovação supostamente salvadora não revela *simplesmente* uma ganância patológica dos megaempresários, uma vontade política mal direcionada, ou uma política industrial mal elaborada. Essa prática é, antes, sintoma de algo mais profundo, da lógica própria de funcionamento da sociedade capitalista. Nela, qualquer objeto útil só é produzido se for capaz de passar pelo “buraco da agulha” da lucratividade. Isto é, só se produz o que se pode produzir com lucro. A utilidade e as necessidades são absolutamente secundárias (MÉSZÁROS, 2002). Mesmo se a necessidade for, digamos, “salvar o mundo” ou “solucionar a crise climática”.

Algumas das tecnologias e dos modos de vida que nos permitiriam sobreviver a um mundo em rápida transformação já existem e são conhecidos. Mas ainda se encontram amarrados por estruturas cuja função é apenas garantir sua viabilidade econômica (i.e. a lucratividade), restringindo

⁶ Também não devemos esquecer, claro, de todas as modalidades de tecnologias e avanços tecnológicos que sequer são portadores de potencial benéfico do ponto de vista ecológico (SÁ BARRETO, 2016).



seu uso. Sua urgente universalização, portanto, reclama a supressão dessas amarras. Aronoff *et al.* (2019) não deixam de reconhecer explicitamente tal exigência, ainda que de maneira algo moderada: “queremos afrouxar radicalmente as patentes para acelerar a cooperação global em tecnologia limpa, disponibilizando as melhores ferramentas para todos os países”⁷. Não deve surpreender que tal requisito esteja completamente ausente no Green New Deal estadunidense (OCASIO-CORTEZ, 2019) e no European Green Deal (EUROPEAN COMMISSION, 2019).

Todavia, não estamos confrontados somente pelo desafio de encontrar e generalizar novas tecnologias, mas também pelo imperativo de eliminar as velhas. A maior parcela de tudo aquilo que emitimos – pouco mais de um terço do total – tem origem na produção de energia⁸. Uma descarbonização radical da matriz energética mundial é, portanto, incontornável. Reservas comprovadas de petróleo, carvão e gás natural devem permanecer inexploradas. O mero estímulo às fontes renováveis não chega nem perto de ser suficiente. O impulso à proliferação dessas fontes nas últimas décadas foi extraordinário e, ainda assim, não foi capaz de deslocar os combustíveis fósseis da matriz energética mundial. Evidentemente, muito mais do que uma questão puramente técnica, o que está aqui envolvido é uma luta encarniçada contra um dos setores mais poderosos do capitalismo contemporâneo.

Além disso, as reservas ainda não exploradas circulam como trilhões de dólares em ativos financeiros nos mercados de futuros e as próprias corporações têm seu valor determinado em parte pelo que ainda está

⁷ A citação não apresenta numeração de página por ter sido extraída de livro eletrônico. No original, lê-se: “we want to radically loosen patents to speed global cooperation on clean tech, making the best tools available to all countries”.

⁸ Cf.: <https://www.epa.gov/ghgemissions/global-greenhouse-gas-emissions-data>



debaixo da terra. Desafiar os combustíveis fósseis, portanto, não envolve apenas a luta contra grandes petroleiras e afins. Envolve encarar de frente todo o setor financeiro, todos os seus atores diretos e todos os políticos profissionais em sua folha de pagamento.

Nesse caso, não custa frisar que é a hipertrofia da esfera financeira no capitalismo contemporâneo que determina uma hegemonia relativamente sólida do ideário neoliberal e um mundo prostrado à lógica do capital fictício, não o contrário (SÁ BARRETO, 2019). Por isso, é desconcertante que um marxista da estatura de Bellamy Foster acredite ser possível superar os combustíveis fósseis sem superar o capitalismo, adiando a transição revolucionária para um indefinido “longo-prazo”. Segundo o autor:

No longo-prazo, claro, precisamos ter uma completa revolução ecológica e social, transcendendo as relações capitalistas de produção existentes. Mas neste momento, estamos em uma situação de emergência e a primeira prioridade é a eliminação dos combustíveis fósseis, o que implica a destruição do assim chamado capital fóssil (FOSTER, 2019)⁹.

Da mesma forma, a agricultura e uso da terra em geral, com pouco menos de ¼ das emissões totais, nos cobra um enfrentamento totalizante. A forte mitigação que precisamos implica, nesse terreno, confrontar os interesses do agronegócio – e nisso estão incluídos, necessariamente, o lucro e a propriedade. A agricultura industrial, a monocultura, o desmatamento e

⁹ No original, lê-se: “In the long run, of course, we have to have a full ecological and social revolution, transcending existing capitalist relations of production. But right now, we are in an emergency situation, and the first priority is eliminating fossil fuels, which entails the destruction of what is called fossil capital”.



o uso massivo de fertilizantes nitrogenados, que emitem óxido nitroso, um gás quase 300 vezes mais potente que o CO₂, conformam um sistema destrutivo que deve ser submetido a uma completa reformulação sob controle público e informada pelas melhores prática agroecológicas.

Já em meados do século XIX, Marx ([1867]1984, p. 578) sublinhava o seguinte desdobramento de uma agricultura crescentemente dependente de novas fontes de fertilizantes:

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista [...] perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário [...]. Mas, ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção [...]. E todo progresso da agricultura capitalista [...] e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradoras dessa fertilidade.

Em outras palavras, quando cresce a capacidade técnica de restauração da fertilidade do solo, cria-se não apenas a possibilidade recuperá-lo, mas também de expandir a produtividade (volume de produção para um dado espaço) ou mesmo de utilizar de técnicas agrícolas mais agressivas (sendo a monocultura sem rotação de plantio o exemplo mais conhecido). No entanto, o aproveitamento econômico dessas possibilidades aumenta o ritmo de esgotamento do solo, reproduzindo em escala ampliada as necessidades de restauração da fertilidade. Por esse motivo, no trecho citado acima, a lógica necessariamente autoexpansiva capital encontra-se no



seio do processo de degradação. O progresso técnico, neste caso, permite garantir as condições materiais imediatas da produção, mas tende a reproduzir, em escala ampliada, as exigências futuras de sua reposição. Mais uma vez, não se trata de um inimigo de poderes modestos.

Finalmente, mas não menos importante, temos os transportes. Esse é um caso emblemático, porque muitos dos efeitos mais aparentes mencionados no início do texto estão relacionados a esse setor. A baixa circulação de carros nas grandes cidades sob medidas de distanciamento social – ou até de confinamento obrigatório – leva a rápidas melhorias na qualidade do ar urbano. A contração significativa do turismo e o fechamento de fronteiras em diversos países também teve impacto no tráfego aéreo, uma das atividades humanas mais intensivas em emissões de carbono.

Essas retrações desarticuladas, improvisadas e temporárias não devem nos servir de modelo. Não é possível imaginar que os transportes, responsáveis por cerca de 14% das emissões totais, apresentem as reduções necessárias sem que certos modais sejam superados – o carro privado individual, o avião etc. – e sem que a lógica privada que opera o transporte público seja extirpada em definitivo. Conforme Aronoff *et al.* (2019) apontam, “a meta para cidades e subúrbios é um sistema de transporte público gratuito, e de tamanha qualidade que a maioria das pessoas apoiarão restrições severas aos carros privados (e, no limite, seu banimento)”¹⁰.

Conquistar qualquer um desses resultados isoladamente e em âmbito nacional já é tarefa suficientemente árdua. Porém, é imprescindível

¹⁰ A citação não apresenta numeração de página por ter sido extraída de livro eletrônico. No original, lê-se: “The goal for cities and suburbs is a public transportation system that’s free, and so good that most people will support major restrictions on private cars (and ultimately a ban)”.



que *todos eles* sejam alcançados; e *globalmente*. De nada adianta que um país qualquer obtenha uma descarbonização expressiva ou completa às custas de “exportar emissões”. Disputas geopolíticas por controle de tecnologias, de recursos minerais, de fronteiras são absolutamente incompatíveis com cenários que garantem ao menos um mínimo de possibilidade de preservação de nossa espécie. Mesmo assim, e de maneira inteiramente não surpreendente, as grandes potências econômicas e militares do planeta já se movem para assegurar acesso privilegiado a cadeias de suprimento que serão decisivas em um futuro próximo, como, por exemplo, a cadeia do lítio (ARONOFF *et al.*, 2019).

Por essa brevíssima recuperação de alguns poucos pontos centrais, percebemos que é inadiável enfrentar alguns dos mais poderosos pilares do capitalismo atual. E para que não haja dúvidas: se pretendemos evitar nosso próprio desaparecimento, derrota ou vitórias parciais não são uma opção.

Diante de todos esses desafios, é perturbador que a grande aposta do ecologismo atual seja o assim denominado *Green New Deal*. De imediato, convém apontar a opção completamente anacrônica de traçar uma analogia intencional com políticas econômicas de salvamento do capitalismo nos anos 30, especialmente tendo em vista o que a própria Naomi Klein (2019)¹¹ reconhece: “o New Deal foi adotado por Roosevelt em uma época de tal

¹¹ A citação não apresenta numeração de página por ter sido extraída de livro eletrônico. No original, lê-se: “the New Deal was adopted by Roosevelt at a time of such progressive and left militancy that its programs (which seem radical by today’s standards) appeared at the time to be the only way to hold back a full-scale revolution”.



militância progressista e de esquerda que seus programas (que parecem radicais pelos padrões de hoje) pareceram ser, naquele momento, a única forma de bloquear uma revolução completa”. Fica a pergunta: se precisamos de uma transformação efetivamente revolucionária – como demonstrado na seção anterior –, *não seria perda de tempo* precioso mobilizar esforços por uma agenda que se restringe *a priori* aos limites dos parâmetros reprodutivos da sociedade capitalista?

Além disso, o Grande Acordo Verde padece de um problema de origem mais debilitante: pretende fazer avançar toda a agenda de profundas transformações (comentadas nesse texto) na arena parlamentar, por meio de leis. O projeto bastante desidratado apresentado no congresso estadunidense e a versão ainda mais recuada aprovada no parlamento europeu mostram com clareza os limites, há muito conhecidos, dessa estratégia.

Diante da flagrante frustração das mais relevantes ambições presentes no debate e até mesmo da frustração das metas mais modestas que sobrevivem à transposição para a arena institucional, não é incomum que se tribute esses resultados a algum tipo de prostração ideológica ao *business as usual*, de falta de vontade política ou de uma falta de capacidade de alcançar uma articulação internacional verdadeiramente eficaz. É inegável que todos esses fatores entram em jogo como barreiras para o avanço da agenda climática. Contudo, três ponderações devem ser acrescentadas.

Primeiramente, se entendermos o *business as usual* como o conjunto de práticas que buscam o máximo crescimento possível do capital a um menor custo privado possível e com absoluta indiferença a qualquer tipo de custo social, poderíamos tranquilamente substituir esse termo pela palavra *capitalismo* mesmo. Não se trata de um modelo de capitalismo que está



dando errado ou de um desvio do seu curso normalmente virtuoso. É simplesmente capitalismo, despido à sua mais fundamental essência. Logo, no seu desenrolar espontâneo, livre de pressões externas e regulações estatais, essa sua natureza aparece com toda a evidência.

Assim, em segundo lugar, a aparente paralisia política deve ser compreendida menos em termos morais/subjetivos e mais em termos estruturais/objetivos. Claro, costuma haver, em geral, espaço para o exercício de pressões externas e regulações estatais. Em outras palavras, é possível obter algum avanço no sentido de obrigar as grandes corporações a incorporarem como custo privado parte dos custos sociais e ecológicos de sua operação. Isso, argumenta-se, poderia limitar práticas destrutivas, bloquear atividades antiecológicas e até mesmo forçar transições para práticas e atividades mais ecologicamente sustentáveis. Esse espaço para as pequenas vitórias, contudo, não é ilimitado. Na verdade, ele é bastante estreito, posto que nenhuma medida que ameace os fundamentos da lucratividade e da competitividade é jamais tolerada. Não se trata, portanto, de mera falta de vontade política para fazer o que é necessário. O ponto é que a vontade política se encontra limitada *a priori* por requisitos dos quais o capital e seus representantes não podem abrir mão.

Em terceiro lugar, ilustrando esse ponto, peço que o(a) leitor(a) recorde que as últimas décadas foram marcadas por uma plethora nunca antes vista de políticas climáticas (SÁ BARRETO, 2018). Mesmo que nos grandes ambientes de articulação internacional o resultado mais aparente seja de uma certa paralisia, resultados muito expressivos foram obtidos. A título de exemplo, a produção primária de energia de fontes ditas renováveis cresceu 157% entre 1973 e 2017. Tomando 1992 como base, encontramos uma expansão de 66,6%. Nesses 45 anos, ademais, os maiores acréscimos,



em termos absolutos, se concentram nos últimos 26 anos, fortemente motivados pela Primeira Cúpula da Terra (Eco-92, no Rio de Janeiro) e por todas as convenções climáticas e ambientais subsequentes. No entanto, esse substantivo resultado não foi capaz de deslocar os combustíveis fósseis da matriz energética mundial, que em 1990 correspondiam a 81,19% de toda a energia produzida e em 2017 correspondiam a 81,21%¹².

Esbarramos em um aparente paradoxo. Se é possível afirmar que houveram resultados importantes, como explicar a deterioração generalizada (e mais acelerada que o previsto) das principais variáveis climáticas e a persistente incapacidade de atingir as metas mais fundamentais? A explicação, curiosamente, é simples.

O resultado almejado por toda regulação estatal sobre certas atividades – e por toda taxaço imposta sobre variados poluentes e todo incentivo para o uso de formas alternativas de energia etc. – é a moderação do nosso impacto material sobre o planeta. Quando essas políticas obrigam os agentes econômicos a assumir como custo privado os impactos ecológicos de suas práticas, espera-se que essas práticas sejam reduzidas ou eliminadas, especialmente pela contração do consumo de recursos e da geração de resíduos poluentes. O problema, no entanto, é que embora as condições para essa moderação do nosso impacto sejam a todo instante criadas, *elas são também a todo instante bloqueadas/neutralizadas*.

Retomemos o exemplo das fontes energéticas. Ao mesmo tempo que a oferta primária por fontes renováveis aumenta consideravelmente e atinge patamares elevados, a oferta por fontes fósseis cresce quase tão

¹²

Cf.: <https://www.iea.org/data-and-statistics?country=WORLD&fuel=Energy%20supply&indicator=Coal%20production%20by%20type>



rápido quanto. Esse crescimento não é *apenas* fruto de um desinteresse ambiental da sociedade ou de pressões exercidas por *lobbies* do setor do petróleo. Ele ocorre por necessidade, originada pela sede energética de uma economia em permanente estado de impulso materialmente expansivo. Com isso, a participação das fontes renováveis na matriz energética mundial, que em 1973 era de 12,35%, avança para apenas 13,86% em 2017. Assim, por um lado, eventuais ganhos pontuais são simplesmente atropelados pela avalanche material do movimento expansivo¹³ da sociedade capitalista.

Por outro lado, podemos apontar um mecanismo ainda mais profundo e estrutural. Basta lembrar que tudo aquilo que tem seu consumo evitado (e que, portanto, também não vira resíduo poluente) não é apenas recurso físico ou energético. É também capital, que, uma vez liberado daquela atividade a qual foram impostas restrições, não pode acomodar-se na imobilidade. Esse capital liberado precisa encontrar outros espaços de atuação para executar sua lógica de valorização e, quando os encontra, estabelece necessariamente contato com a materialidade. Em suma, o potencial poupador das pressões populares, da regulação estatal, dos avanços tecnológicos é sistematicamente neutralizado pela vocação expansiva do capital (SÁ BARRETO, 2018).

Voltando agora ao início do texto, lembremos que o estado atual da química atmosférica é inédito para nossa espécie e até mesmo para nossos antepassados mais longínquos. Da última vez que essas mesmas condições

¹³ A expansão material é persistentemente crescente, mesmo quando a trajetória do PIB (ou do PNB) apresenta comportamentos mais acidentados.



estiveram presentes, estima-se que a temperatura média do planeta era 2 a 3°C maior do que hoje e que o nível do mar era 10 a 20 metros mais elevado do que hoje. Não é nada extravagante concluir que *já vivemos* em um mundo desconhecido para a espécie humana. Ademais, esse mundo se encontra em abrupto processo de transformação. Muitas dessas transformações podem inclusive, num futuro terrivelmente próximo, colocar em xeque a capacidade do planeta de sustentar vida.

A literatura do *Green New Deal*, em franca expansão, reconhece, em boa medida, os contornos dramáticos da crise que enfrentamos. No entanto, tendo mapeado com relativa precisão a magnitude das transformações que devem ser obtidas para evitarmos um colapso civilizacional, propõe desafiar todos os pilares da moderna sociedade capitalista no âmbito da política institucional, justamente uma das principais arenas em que os conflitos encontram as resoluções mais adequadas à reprodução da sociedade capitalista¹⁴. Ou seja, é uma agenda que propõe superar o capitalismo sem desafiá-lo.

Há, é verdade, um apelo difuso e insistente a pressões populares que de alguma forma seriam capazes de redefinir o rol de possibilidades na política institucional. Evidentemente, dependendo do nível dessas pressões e dos novos equilíbrios de força que venham a se estabelecer, é possível obter certas concessões do capital, mas, como afirma Gramsci (2014, p. 49), “é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial”. E, no que concerne aos temas ecológicos aqui tratados, o essencial pode ser facilmente entendido como lucro, propriedade e crescimento. Por isso, os desafios com os quais nos defrontamos demandam uma mobilização popular com energia verdadeiramente insurrecional, capaz

¹⁴ E em que as resoluções incompatíveis com a lógica do capital são sepultadas.



de assumir o comando e o controle coletivo dos rumos que precisam ser tomados. Se ela ainda não está posta, nossa tarefa mais imediata é constituí-la! Superar o capitalismo é o programa mínimo para enfrentar a crise climática que se avizinha.

Referências

90

ARONOFF, K. et al. **A planet to win: why we need a Green New Deal**. Londres: Verso, 2019.

EUROPEAN COMMISSION. **The European Green Deal**. Bruxelas. 2019.

FOSTER, J. B. INTERVIEW: John Bellamy Foster on the 'Green New Deal'. **Climate and capitalism**, 2019. Disponível em: <<https://climateandcapitalism.com/2019/02/12/john-bellamy-foster-on-the-green-new-deal/>>.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2014.

IPCC. **Climate change 2014: synthesis report**. Genebra. 2014.

IPCC. **Global warming of 1.5°C: mitigation pathways compatible with 1.5°C in the context of sustainable development**. Genebra. 2018.

IPCC. **The ocean and cryosphere in a changing climate**. Genebra. 2019.

KLEIN, N. **On fire: the burning case for a Green New Deal**. Toronto: Penguin Random House, 2019.

MARX, K. **O Capital. Livro I: o processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Bertrand, v. 1, [1867]1984.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

OCASIO-CORTEZ, A. **H.Res.109 - Recognizing the duty of the Federal Government to create a Green New Deal**. Washington, D.C. 2019.

PNUMA. **Emissions gap report 2019**. Nairobi. 2019.

SÁ BARRETO, E. Marx contra o otimismo tecnológico: economia "imaterial" desmistificada e desdobramentos para as questões ambientais. **Nova Economia**, 26(1), 2016.



SÁ BARRETO, E. **O capital na estufa:** para a crítica da economia das mudanças climáticas. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

SÁ BARRETO, E. Restauração neoliberal e o esgotamento histórico de formas consagradas de resistência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niteroi, 53, 2019.

WMO. **Greenhouse gas bulletin:** the state of greenhouse gases in the atmosphere based on global observations through 2018. Genebra. 2019.

Recebido em 08 mai. 2020 | aceite em 13 mai. 2020

